

Radiografia do emprego nas regiões metropolitanas

Comparativamente ao Rio de Janeiro, fica patente a superioridade de Belo Horizonte no que se refere às condições de emprego.

MESMO em se tratando de região metropolitana (RM), as condições do mercado de trabalho são bastante díspares no Brasil. Se não, vejamos alguns resultados para 1994 apurados pela Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE) para as seis principais RM do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife).

O emprego

Recife é a RM com a menor taxa de atividade (53,1%), o que significa que ela apresenta a menor proporção da População em Idade Ativa (PIA) no mercado de trabalho. De certa forma, esse indicador reflete o grau do dinamismo econômico da região: quanto mais baixa é a taxa de atividade, menor é o dinamismo da região, e vice-versa.

A agravar a situação da ocupação em Recife, está o fato de que nessa RM convivem alta taxa de desemprego aberto (6,8%) com o mais elevado grau de informalidade dentre as RM pesquisadas. Como aproximação para o grau de informalidade, utiliza-se o percentual dos empregados sem carteira assinada e dos



conta-própria na população ocupada - essa taxa chega a 55% em Recife.

As condições do emprego em Salvador conseguem ser quase tão críticas quanto as de Recife. A taxa de desemprego (7,1%) é a mais elevada dentre as seis RM, sendo quase o dobro do desemprego em Porto Alegre e Rio de Janeiro. É interessante

observar também que em Salvador a taxa de ocupação na indústria de transformação (9,4%) é a mais baixa das regiões metropolitanas pesquisadas.

Não se pode dizer que o Rio de Janeiro, por sua baixa taxa de desemprego aberto (4,1%), tenha um padrão de emprego condizente com as RM do Sudeste (SP e BH) e do Sul (POA). Isso porque o seu elevado grau de informalidade (49,9%) denuncia a má qualidade geral do emprego aí gerado. Tal como em Recife e Salvador, os setores de serviços e comércio chegam a absorver na RMRJ cerca de 70% da população ocupada - o que, em si, não seria negativo não fosse pelo fato de se constituírem em um terciário predominantemente atrasado e pouco qualificado. Basta ver, por exemplo, que 65% da população ocupada no setor de serviços da RMRJ em 1990 auferiam rendimento médio igual ou inferior a apenas dois salários mínimos (IBGE/PNAD, 1990).

Comparativamente ao Rio de Janeiro, fica patente a superioridade de Belo Horizonte no que se refere às condições do emprego. Embora com taxas de desemprego semelhantes, Belo Horizonte ostenta um menor grau de informalidade (46,5%) e uma taxa de atividade (61,6%) bem mais elevada *vis-à-vis* ao Rio de Janeiro. Cabe destacar o maior percentual de ocupação na construção civil encontrado em Belo Horizonte (10,2%) em relação às demais RM, o que se justifica pelo atual dinamismo do setor, sobretudo na capital mineira.

Sem dúvida, São Paulo e Porto Alegre detêm as melhores condições do emprego. Os baixos níveis de desemprego convivem com um grau de informalidade relativamente baixo. Na RMSPE, o percentual

dos empregados sem carteira e dos conta-própria na população ocupada é de 40,8%, ou seja, quase 15 pontos percentuais abaixo da taxa de Recife. Em grande parte, tal se deve à maior capacidade da indústria de transformação dessas regiões metropolitanas de absorção de mão-de-obra (24,5% em POA e 26,6% em SP). Vale lembrar que, de modo geral, o grau de formalidade do trabalho é bem maior na indústria de transformação do que nos demais setores.

Escolaridade e rendimentos

Na média das seis regiões metropolitanas pesquisadas pela PME, quase metade da população ocupada (49,5%) tem apenas instrução elementar, ou seja, não alcançando sequer o 1º grau completo. É essa a constatação preocupante, se se considera que, na acepção moderna, só se tido como alfabetizado quem tem o 1º grau completo. Apenas 10,8% das pessoas ocupadas nas RM possuem o superior completo.

Em termos de escolaridade formal, fica patente a superioridade da RMRJ em relação à RMSP. Basta ver que em São Paulo 31,2% da população ocupada têm pelo menos o 2º grau completo; no Rio de Janeiro, esse percentual sobe para 37,2%. Também a taxa de pessoas ocupadas com até instrução primária incompleta é menor no Rio de Janeiro (14,4%) do que em São Paulo (15,5%).

Assim, se no que se refere às condições do emprego a RMRJ está classificada em quarto lugar dentre as principais RM do país; no que se refere ao grau de escolaridade de sua população ocupada ela ostenta o primeiro lugar. Seguem-se-lhe, por ordem, as RM de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife. Cabe destacar que Porto Alegre apresenta o menor percentual da população ocu-

pada sem instrução: 3,6%, contra 8,6% em Salvador e 10,6% em Recife.

Pode-se identificar uma relação positiva entre os níveis de escolaridade da população ocupada nas RM e os seus rendimentos médios. Isso significa que, à medida que cresce o grau de instrução, aumentam as oportunidades por ocupações mais bem remuneradas.

No entanto, da observação da tabela sobre o cruzamento entre instrução e rendimento, fica claro que não existe uma

correlação direta e igualmente proporcional entre essas duas variáveis. Os ganhos de rendimento são nitidamente mais elevados quando se ascende para os dois níveis mais altos de qualificação formal. Só para ilustrar esse ponto, veja-se que na média das seis RM o rendimento médio sobe apenas de 25% a 29% à medida que se vai galgando as classes de escolaridade, a começar pela categoria dos sem instrução. Quando, porém, o pulo é para a penúltima classe de escolaridade (2º grau

Em Recife, as condições do emprego são mais precárias

Estrutura do emprego por região metropolitana, 1994

Regiões metropolitanas	Taxa de atividade (%)	Taxa de desemprego aberto (%)	Empregados sem carteira + conta-própria como percentual da popul. ocupada	Distrib. da ocupação p/ setor (%)*		
				Indústria de transf.	Constr. civil	Comércio + serviços
SP	61,5	5,4	40,8	26,6	7,0	62,1
POA	61,3	4,1	41,5	24,5	6,8	59,2
BH	61,6	4,3	46,5	16,9	10,2	64,7
RJ	56,3	4,1	49,9	13,4	6,7	70,5
SAL	58,7	7,1	51,2	9,4	8,9	70,9
RE	53,1	6,8	55,0	12,1	6,4	69,6
Média	59,3	5,1	45,5	19,8	7,3	65,4

Fonte: IBGE/PME.

Elaboração: FGV/IBRE/CEEG.

*Não estão computadas as outras atividades.

Rio de Janeiro detém o melhor nível de qualificação...

Proporção da população ocupada, por grau de instrução (%) - 1994

Grau de instrução	RJ	SP	POA	BH	SAL	RE	Média
Sem Instrução	5,0	5,4	3,6	4,8	8,6	10,6	5,7
1º à 3ª série/1º grau	9,4	10,1	10,3	11,5	14,7	11,7	10,5
4ª à 7ª série/1º grau	29,6	34,3	36,7	39,4	30,9	32,0	33,4
1º grau completo + 2º grau incompleto	18,6	18,7	17,6	16,2	15,3	15,5	17,9
2º grau completo + superior incompleto	24,4	19,9	21,8	18,9	23,9	21,8	21,6
Superior completo	12,8	11,3	9,9	9,0	6,5	8,1	10,8

Fonte: IBGE/PME.

Elaboração: FGV/IBRE/CEEG.

...Mas o padrão de remuneração é mais elevado em São Paulo

Rendimento médio* real da população ocupada segundo o grau de instrução, 1994 (R\$ de dez. 94)

Grau de instrução	SP	POA	BH	RJ	SAL	RE	Média
Sem Instrução	195,98	144,60	108,42	121,77	85,81	86,99	143,88
1ª à 3ª série/1º grau	251,34	190,59	137,01	148,20	103,81	99,43	184,48
4ª à 7ª série/1º grau	303,12	222,23	178,25	183,23	131,33	126,22	231,58
1º grau completo + 2º grau incompleto	376,45	305,77	261,18	228,68	178,60	180,69	299,07
2º grau completo + superior incompleto	647,15	530,79	449,42	394,57	328,79	296,76	502,87
Superior completo	1.352,51	1.146,61	1.121,97	945,78	996,67	754,31	1.160,82

Fonte: IBGE/PME.

Elaboração: FGV/IBRE/CEEG.


*Do trabalho principal.

completo), o aumento no rendimento médio correspondente é de 68%, chegando a 131% quando se adquire o nível superior.

No Brasil, a obsessão pelo diploma superior é explicado, em grande parte, por esse substancial ganho de rendimento, normalmente associado às pessoas ocupadas com esse grau de qualificação. De certo modo, isso vem propiciando uma deformação na oferta de mão-de-obra em muitas áreas de trabalho, onde *sobram* doutores e *faltam* técnicos especializados.

É interessante destacar que os níveis de rendimento médio por grau de instrução são inegavelmente mais elevados em São Paulo, chegando, inclusive, a superar, com uma razoável margem, as remunerações auferidas no Rio de Janeiro. Assim, por exemplo, uma pessoa com o 2º grau completo consegue receber em média R\$ 647,15 na RMSP, contra R\$ 394,57 na RMRJ, e apenas R\$ 296,76 na RMRE (a preços de dezembro/94). Sem dúvida, é o maior dinamismo da economia paulistana que, por pressionar a demanda por mão-de-obra em todos os níveis de qualificação, possibilita o pagamento de melhores salários/vencimentos.

Se, por um lado, a RMRJ detém o melhor nível de escolaridade de sua população ocupada dentre as seis regiões metropolitanas, por outro lado, disputa com a RMBH a condição de terceira colocada em termos de nível de remuneração, atrás da RMSP e da RMPOA. Comparativamente a Belo Horizonte, pode-se dizer que os (três) estratos de pessoas com menor nível de qualificação são mais bem-remunerados no Rio de Janeiro, ocorrendo o contrário no caso dos (três) estratos com maior qualificação.

Ainda da observação da tabela, as distorções de remuneração por razões locacionais se tornam óbvias. Assim, uma pessoa ocupada em São Paulo sem nenhum grau de instrução chega a receber em média (R\$ 195,98) mais do que a pessoa com o 1º grau completo em Recife (R\$ 180,69). E ainda, uma pessoa com o superior completo em Belo Horizonte recebe em média (R\$ 1.121,97) mais do que aquela com igual qualificação no Rio de Janeiro (R\$ 945,78). Disparidades desse tipo se constituem até hoje em forte fator de mobilidade da mão-de-obra, com conseqüências muitas vezes perversas do ponto de vista social. 

MARIA CECÍLIA PRATES RODRIGUES
Economista do IBRE/CEEG